

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**



editora
Segmento

Ano 4
Número 29
R\$ 7,00



EDUCAÇÃO
PARCERIAS CRIATIVAS
COM EMPRESAS AJUDAM
CIDADES A ACHAR
SOLUÇÕES PARA O ENSINO

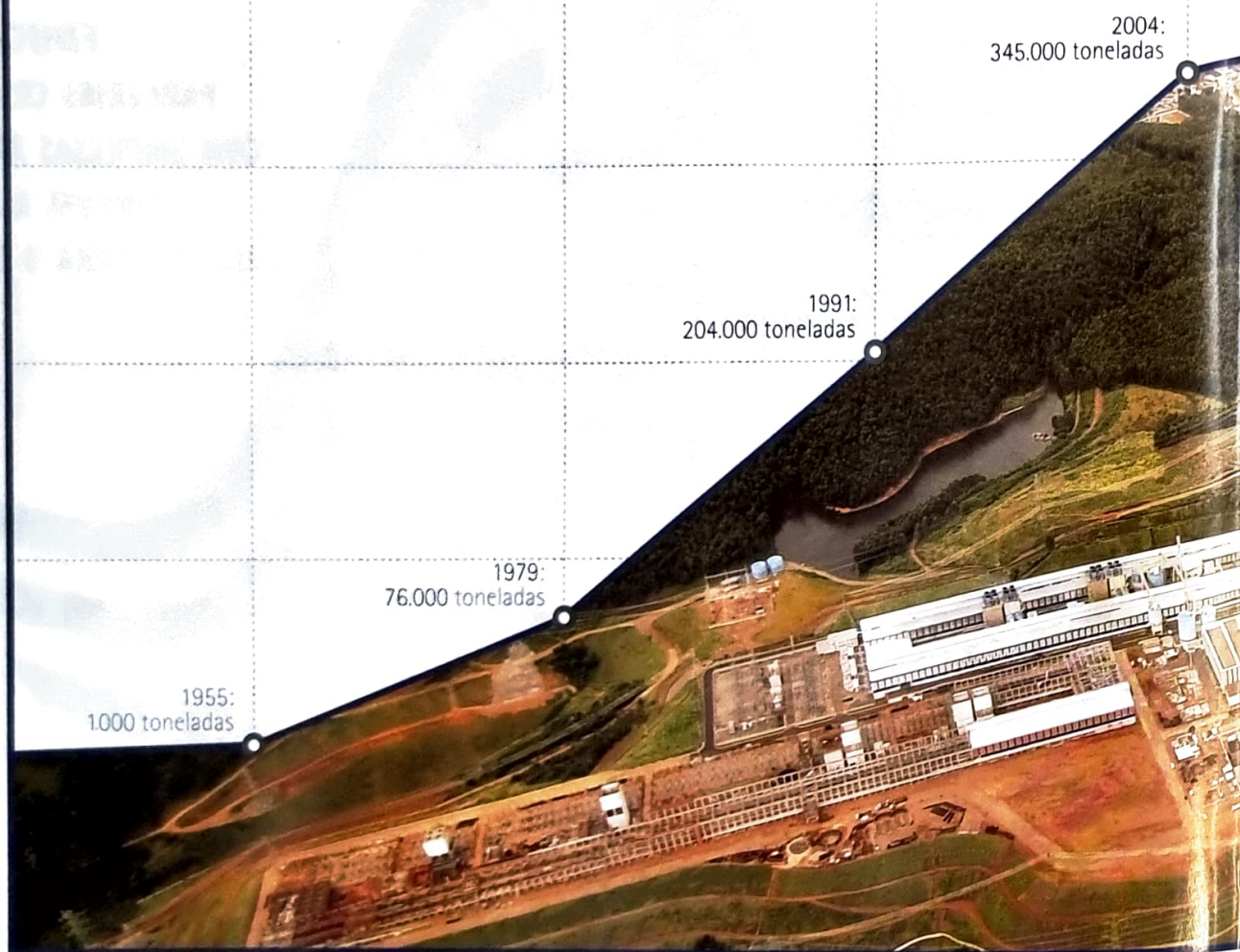
7º CBTIM

**Flashes do Congresso que
mostrou como equipar
o município com a
tecnologia mais avançada**

SEGURANÇA
GUARDAS MUNICIPAIS
BEM TREINADAS
DIMINUEM CRIMINALIDADE

GEOINFORMAÇÃO: O USO DOS MAPAS INTELIGENTES PARA A MODERNA GESTÃO MUNICIPAL

**A CBA vai produzir 470 mil toneladas de alumínio por ano a partir de 2007.
Isso não é uma previsão, é um compromisso.**



Há mais de 50 anos, a CBA apresenta um crescimento médio anual de 10%. Agora, a meta da Companhia é produzir 470 mil toneladas de alumínio primário por ano a partir de 2007. Posicionada entre as maiores empresas mundiais do setor, a CBA trilha uma trajetória de sucesso, marcada pelo pioneirismo, inovações tecnológicas e responsabilidade socioambiental. Prova disso são as 18 usinas hidrelétricas próprias, que garantem uma produção de 60% da energia elétrica consumida; a auto-suficiência



em bauxita, extraída de seus departamentos minerais em Itamarati de Minas e Poços de Caldas, ambos em Minas Gerais; e a nova área de laminação, para bobinas de até 14 toneladas e 2 metros de largura, que está entre as mais modernas do mundo. São investimentos e realizações que buscam aumentar a produção, vencer desafios e preparar a CBA para novas conquistas.



Companhia Brasileira de Alumínio

Votorantim

CBA. O ALUMÍNIO DO BRASIL

**Associação Paulista
de Municípios**

Av. São Luís, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA**DIRETORIA-ADMINISTRATIVA****PRESIDENTE****Marcos Monti****1º VICE-PRESIDENTE****José Luiz Rodrigues****2º VICE-PRESIDENTE****Welson Gasparini****3º VICE-PRESIDENTE****Rubens Furlan****4º VICE-PRESIDENTE****Marcos José da Silva****SECRETARIA - MEMBROS****DIRETORES****SECRETÁRIO-GERAL****Antonio César Simão****1º SECRETÁRIO****Dr. Hélio de Oliveira Santos****2º SECRETÁRIO****Sebastião Misiara****3º SECRETÁRIO****Itamar Francisco Machado Borges****TESOURARIA****TESOUREIRO-GERAL****Carlos Alberto Cruz Filho****1º TESOUREIRO****José Ademir Infante Gutierrez****2º TESOUREIRO****Antonio Francelino****3º TESOUREIRO****João Buzzo****CONSELHO DELIBERATIVO****PRESIDENTE****Aquevirque Antonio Nholla****CONSELHO FISCAL****PRESIDENTE****José Mauro Dedemo Orladini****COMISSÃO DE SINDICÂNCIA****PRESIDENTE****Sckandar Mussi****CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR****PRESIDENTE****Antonio Sérgio Baptista**

A nossa luta



Renaldo Vaz

Desde que foi fundada em 1948, a APM – Associação Paulista de Municípios tem como objetivo principal defender os interesses dos municípios paulistas, e também orientar nas melhores práticas para uma gestão eficiente.

Muitas batalhas foram travadas na defesa dos interesses municipais, tivemos vitórias, tivemos derrotas, porém a chama do espírito municipalista sempre esteve acesa em todos os momentos.

A APM deixou de ser aquela entidade que apenas realiza um Congresso para extrairmos a vontade dos municípios, a cada ano. Nossa meta é cada vez mais ser a catalisadora dos anseios municipais junto aos: Governo Federal, Governo Estadual, Empresas Públicas e também com a iniciativa privada. Sempre focada em proporcionar novos horizontes aos nossos municípios.

Hoje realizamos o Congresso Estadual de

Municípios - CEM, o Congresso Brasileiro de Tecnologia de Informação para os Municípios - CB-TIM, Cursos de Formação de Agentes do Meio Ambiente, Cursos sobre Lei do Saneamento, Cursos sobre Fundeb, Cursos sobre Controle Interno, entre outros. Nossas atividades são voltadas para extrairmos as vontades dos nossos municípios e torná-las realidade e, principalmente, fortalecê-los devido a grande responsabilidade exercida pelos mesmos.

Agora estamos no início de um novo mandato de nossos governantes, portanto é de suma importância que mostremos nossas atividades, nossas reivindicações e, principalmente, o quanto os municípios são importantes para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País.

Devemos aproveitar esse momento para estarmos unidos em torno dos nossos ideais, para que realmente alcancemos nossos objetivos. É desejo da

Diretoria promovermos uma integração maior com nossas entidades regionais, para que todos os municípios expressem, através da APM, seus anseios e reivindicações, como também a APM deverá participar mais ativamente do movimento municipalista Nacional.

Sem essa unidade em torno dos nossos interesses, os municípios continuarão a ser os grandes prestadores de serviços sem os recursos necessários para atender toda essa demanda. Por isso, conclamo a todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, técnicos e funcionários públicos a participarem de todas nossas atividades e contribuir para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

*Saudações
Municipalistas!*

Marcos Monti
Presidente da APM

Rodovias sob medida para
o desenvolvimento dos
nossos municípios

Melhores rodovias significam
condições mais competitivas de
logística aos nossos municípios,
permitindo atrair novos investimentos
industriais e comerciais que resultam
em mais empregos e melhor
qualidade de vida para a nossa
comunidade.



O Sistema Renovias é formado por cinco rodovias que ligam Campinas ao Circuito das Águas e Sul de Minas: SP-340 (Campinas/Mococa), SP-344 (Aguai/São João da Boa Vista/Vargem Grande do Sul), SP-342 (Mogi Guaçu/Esprito Santo do Pinhal/São João da Boa Vista/Águas da Prata), SP-350 (Casa Branca/São José do Rio Pardo) e SP-215 (Vargem Grande do Sul/Casa Branca).



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editor: Tagil Ramos
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
DIAGRAMAÇÃO: Aline Pasqualetto
e Flora Rio Pardo
CONSULTORIA: Christo, Manesco
& Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial
karencardial@segmentomc.com.br
EXEC. DE NEGÓCIOS: Paula Balza
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTES COMERCIAIS:
Bahia
Aura Representações
Cesar Silveira (71) 3345-5600
csilveira@aurabahia.com.br
Paraná
Marisa Oliveira mrvw (41) 3027-8490
parana@editorasegmento.com.br
Rio de Janeiro
Heliane Antonello (21) 2226-5721
no@editorasegmento.com.br
Santa Catarina
Mônica Rodrigues (48) 3478-6016
scatarina@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Catão, 980,
CEP 05049-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200 / 3879-8228
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Fevereiro/2007

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



SUMÁRIO

Direção geral



8 SEGURANÇA

O treinamento da Guarda Municipal incrementa bem-estar do cidadão

11 GALERIA

Eventos do Legislativo e Executivo de sua cidade

12 EDUCAÇÃO

A iniciativa privada dá força ao ensino público municipal

15 MEMÓRIA

Momentos que fizeram história na Associação

16 CIDADES

Conheça um município em que, praticamente, metade da população vive da atividade relacionada ao alumínio

19 ARTIGO JURÍDICO

Rejeitar contas dos administradores de bens e valores pode trazer perigos

24 MÍDIA

Os prós e contras da propaganda nas vias públicas

26 TRANSPORTE

O poder do anel viário que leva o nome do ex-governador Mário Covas

29 ORIENTAÇÃO JURÍDICA

APM realiza encontro de municípios, que têm contratos vencidos com a Sabesp

30 COAN ALIMENTOS

Empresa investe na qualidade de suas refeições para crianças e adolescentes

33 LEGISLAÇÃO

Para entender a Lei de Responsabilidade Fiscal

20 EVENTO

Flashes dos melhores momentos do Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios

34 GESTÃO

Prefeituras e Conselhos Municipais mostram como aumentar a participação dos municípios

36 IPT

Método definido pela ONU para lidar com situações críticas

38 TCE

Análise mostra que é preciso investir com vontade na política para almejar o progresso

40 GEOINFORMAÇÃO

Como usar a tecnologia de mapas inteligentes para melhorar a administração pública

42 CASOS E CAUSOS

Arquivo Morto, por Claudio Manesco

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 - Fax: (11) 3879-8203

E-mails: ouvidoria@apaulista.org.br

redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000 - São Paulo - SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220.

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8204

karencardial@segmentomc.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 - Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br

UNO público

Uma proposta pedagógica completa para a Educação Infantil nos municípios



EDUCAÇÃO INFANTIL

- Do Maternal à Pré-escola, um projeto consistente, que respeita os saberes da criança.
- Material didático de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais.
- Livros para o aluno e o professor, serviços pedagógicos e cursos de formação continuada ajustados às demandas do sistema municipal de ensino.

Conheça também nossas coleções para o ENSINO FUNDAMENTAL de 9 anos.

UNO

www.unopublico.com.br
0800 772 1040

Salve a guarda municipal

Para melhorar a qualidade da segurança pública, prefeituras investem em profissionais e treinamento

Por Iara Martins



Prefeitura de Amparo aposta no trabalho preventivo das viaturas: mais segurança ao cidadão

Mantidas pelas prefeituras, as Guardas Municipais possuem grande característica de identificação com sua cidade, através de um estreito relacionamento com a comunidade local. É seu dever atuar no policiamento comunitário,

desenvolvendo ações preventivas à violência urbana, de forma a priorizar o bem-estar da população. Elas devem também cooperar ativamente com a Segurança Pública em todos os seus campos constitutivos, contribuindo com a manutenção do

direito constitucional dos cidadãos.

A formação dos guardas municipais está baseada numa matriz curricular, sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. O treinamento é voltado ao respeito dos

direitos individuais da pessoa, à prevenção e ao policiamento comunitário. O candidato deve passar obrigatoriamente por exames médicos e psicológicos, além das provas específicas, estabelecidas de acordo com os requisitos de cada cidade.

CAPACITAÇÃO

As Guardas Municipais do Estado de São Paulo contam com o apoio da AGMESP, uma associação civil sem fins lucrativos, criada há mais de 20 anos, com a finalidade de defender os interesses

poração da cidade se tornou, a partir de 2005, com a administração do prefeito Marcos José da Silva, referência na Região Metropolitana de Campinas (RMC) por desenvolver ações preventivas, dar apoio às

mentos de proteção, rádios comunicadores, além de proporcionar cursos de capacitação para os GMs e implementar o canil". Somente para 2006 foi previsto o orçamento de R\$ 2,24 milhões para a área de Segurança Pública e a previsão para 2007, é que esse valor aumente para R\$ 2,74 milhões.

A corporação registra, em média, 4.500 ocorrências por ano. E, para melhor atendê-las, um novo sistema de ações foi adotado, dividindo a cidade em cinco regiões de atuação. Com isso, cada coordenador de região se aproxima mais da comunidade e de seus problemas. "Cada profissional da Guarda Municipal é um agente catalisador de cidadania que coibirá a prática de delitos, garantindo à comunidade valinhense a sensação de segurança, por meio de sua ação de presença, sempre

inspirada no mais absoluto respeito à vida. Esta é a razão de ser da Guarda Municipal", vibra Odilson Medeiros, Diretor de Segurança de Valinhos.

TREINAMENTO DE CÃES

Corporações de vários municípios da região buscam na GM valinhense treinamentos especializados em técnicas de controle, ataque, buscas e obediência de cães. Já passaram pelo treinamento em Valinhos as Guardas de Paulínia, Jaguariúna, Amparo, Jundiaí, Campinas e Sumaré.

A Prefeitura de Amparo também investe em sua Guarda Municipal. "Entendemos que o grande diferencial das Guardas Municipais é justamente o trabalho preventivo, mais próximo à população, uma vez que os servidores trabalham e residem nos municípios de sua atuação, mantendo

As GMs são uma realidade local, comprometidas com as peculiaridades de seus municípios

institucionais das GMs e propiciar treinamentos, capacitação, aperfeiçoamento e apoio na criação e implantação de novas guardas.

Para o inspetor Carlos Alexandra Braga, presidente da AGMESP, "as GMs são uma realidade irreversível, que estão crescendo em todo o país, pois são forças de segurança locais, comprometidas com as peculiaridades dos municípios e, por isso, têm melhores condições de prestar serviços de qualidade à população".

Maior aproximação da comunidade e melhoria na prestação dos serviços são alguns dos motivos que levam os gestores municipais a investir cada vez mais nas GMs. Um exemplo é a Guarda Municipal de Valinhos. Mais qualificada, a cor-

poração Militar e Civil no combate à criminalidade e ao estabelecer um planejamento de trabalho por região, tornando-se parceira dos moradores. "A Guarda Municipal vem se tornando imprescindível à qualidade da segurança no município e desenvolve suas atividades em perfeita sintonia com a comunidade. Seguindo determinação do prefeito, a corporação busca ser uma guarda amiga da população", diz Ademir Bueno Martins, Secretário de Segurança, Transportes e Trânsito da cidade.

O prefeito ressalta que tem investido em capacitação e equipamento da Corporação. "Em 1 ano e 10 meses, a administração municipal comprou 15 novas motocicletas, novos uniformes, equipa-



Equipe de treinamento em Valinhos: adestramento de pastores alemães para defender a população da cidade



Policiamento no município de Amparo: cães e homens com fardamento que os identifica na comunidade

uma relação diferenciada com a comunidade. Além disso, as Guardas Municipais vêm trabalhando de forma a conscientizar a população de que seu papel não é de repressão, mas sim de prevenção”, diz Cássio Pacetta, Secretário do Governo e Cidadania.

O município conta com o Projeto Integrado de Segurança Pública, que consiste num plano de oito metas voltadas à prevenção da criminalidade e à integração das forças locais. Através do

convênio entre Prefeitura Municipal e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a cidade recebeu R\$ 555 mil do Governo Federal que, somados à contrapartida da Prefeitura, totalizaram um investimento de R\$ 706 mil em segurança pública. Trata-se de um projeto que atua tanto na prevenção à criminalidade – por meio de investimentos em educação, esportes, atenção à mulher, programas de rádio educativos sobre segurança, palestras preventi-

vas – quanto no combate à violência, através da estrutura de trabalho, viaturas, equipamentos de informática etc.

Com os recursos do Projeto serão realizados levantamentos de dados da violência do município e criado o Centro de Informações, onde serão emitidos relatórios de ocorrências de regiões mais violentas, os horários de mais perigo, enfim, dos principais dados que possam permitir uma análise correta dos fatos. Essas informações serão

prisões em flagrante, que vão desde tráfico de entorpecentes até porte ilegal de arma de fogo. E, para estimular sua corporação, em 2003, a Prefeitura Municipal realizou um Plano de Classificação de Cargos e Salários. A GM foi contemplada com um dos maiores aumentos reais de salários, tendo em vista o tipo de serviço que desenvolve e o risco envolvido. O município também investe na capacitação dos profissionais, através da qual os servidores atua-

Em Amparo, a GM atende cerca de 1.800 ocorrências por ano, incluindo prisões em flagrante

partilhadas com todos os órgãos de segurança pública do município.

PRISÕES

A guarda de Amparo atende uma média de 1.800 ocorrências por ano, dentre elas várias

lizam; constantemente, seus conhecimentos, gerando uma prestação de serviço de alta qualidade. A aprovação da Guarda Municipal junto à opinião pública nos últimos anos sempre esteve entre 70 e 80 por cento. Hoje, o servidor que ingressa na Guarda Civil Municipal recebe uma capacitação prévia de 500 horas de treinamento, incluindo aspectos práticos e teóricos. A maior capacitação aumenta, diretamente, a qualidade do atendimento à população. ■■

INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA APRESENTA RESULTADOS

Ano	Furto	Roubo	Furto de Veículo	Roubo de Veículo
2005	303	64	51	4
2006	265	28	37	1
Percentual de Redução	13%	56%	28%	75%

Fonte: Segurança Pública de Amparo. Exercício de 2006



Durante a inauguração do Ambulatório de Especialidades de Itapuí, estiveram presentes a Diretora Técnica do Departamento de Saúde Shirley Alonso Menezes, o Vice-prefeito Clóvis Thomazela, a Diretora de Saúde do Município Deise Raduan Simão, o Prefeito Gilberto Sagioro Pancho e o Deputado Estadual Arnaldo Jardim.



Da esq. para dir., Herman Jacobus Cornelis Voorwald (vice-reitor da Unesp), profo Dr. Marcos Tadeu Tiburcio Gonçalves (coordenador da Unidade da Unesp, em Itapeva) e Luiz Antonio Hussne Cavani (Prefeito de Itapeva) na Inauguração do Laboratório de Madeiras da UNESP em Itapeva.



Na Câmara Municipal de Viradouro, autoridades comparecem à entrega de títulos de cidadãos viradourenses. Da esq. para dir., Presidente da câmara Pedrinho Sérgio Bellini e sua esposa Sueli Spedo Miranda Bellini, Sr. Rafael Antônio da Silva, o prefeito de Viradouro José Lopes Fernandes Neto, Dr. Dimas Eduardo Ramalho e a vice-prefeita Dra. Vânia Eduarda Bocaete Pontes Gestal.



O Prefeito de Potirendaba Dr. Carlos Adalberto, Ana Josefa Garcia, Vice-Diretora da Escola Municipal Maestro Antonio Amato, o Treinador Wanderson Morasutti e a Diretora da Escola Maria Clarete Caliman parabenizam o time de basquete masculino, que ficou em 3º lugar na competição com mais de 160 escolas.



O Prefeito de Potirendaba Dr. Carlos Adalberto e representantes do SEBRAE entregam certificados aos alunos do Curso de Liderança promovido pelo SEBRAE, em parceria com a Prefeitura.



Moradores de Cajamar reúnem-se com a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento no centro Esporte Clube Cajamar para discutir o Plano Diretor do Centro, com a presença do professor Irineu Belchior, presidente da Câmara Municipal.

Caso você tenha alguma foto de eventos do Legislativo e Executivo de sua cidade e queira publicá-la, envie para ouvidoria@apaulista.org.br para uma avaliação e posterior publicação neste espaço.

De mãos dadas com o empresariado

Parceria com a iniciativa privada traz soluções criativas para o problema do ensino público

Por Antonio Carlos Santomauro



Prêmio Escrevendo o Futuro: participantes mirins

A solução das graves carências da educação pública brasileira exige investimentos contínuos, e ações vinculadas a políticas de longo prazo. E, na estruturação dessas políticas, pode-se agora

recorrer a cursos e *know how*. Entre seus patrocinadores destacam-se hoje os bancos, cujos investimentos em educação já atingem diversos municípios paulistas.

O Banco Itaú, por exemplo, mantém pelo

Nos acordos, o poder público geralmente cede a infra-estrutura e recebe recursos das empresas

considerar a possibilidade de trabalho conjunto com a crescente quantidade de empresas privadas interessadas em reverter parte de seus lucros a projetos destinados a minimizar as várias mazelas sociais do país.

Nessas parcerias, o poder público geralmente cede a infra-estrutura - escolas e pessoal - e, em contrapartida, recebe re-

menos dois grandes programas educacionais: 'Escrevendo o Futuro', criado em 2002 e 'Melhoria da Educação no Município', do qual participam cidades como Jundiaí, Marília, Morungaba, Socorro e Panorama, entre outras. Segundo Ana Beatriz Patricio, superintendente da Fundação Itaú Social - entidade através da qual o Banco implementa es-



Divulgação

Abib Salim Cury:
parcerias legitimadas

sas ações -, a educação é prioridade nos investimentos sociais do Itaú. "É a educação que faz diferença no sentido de redução das desigualda-

des sociais", diz Ana.

Já o Instituto HSBC alocou em projetos de responsabilidade social, no decorrer do ano passado, uma verba de aproximadamente R\$ 6,5 milhões, revela Ana Paula Gummy, diretora-executiva dessa entidade promotora de projetos sociais mantida pelo banco HSBC. Segundo ela, a educação recebe 75% dos recursos do instituto. "Acreditamos que devemos olhar a infância brasileira de forma diferenciada", justifica Ana. Ela cita, entre as ações hoje patrocinadas pelo HSBC, o programa Qualificação das Escolas Rurais - que no estado

de São Paulo atinge o município de Registro -, e projetos realizados em Mococa, Carapicuíba e Tatuí, entre outros municípios paulistas.

MUNICÍPIOS APROVAM

Também nos projetos sociais do Santander Banespa as ações educacio-

para as transformações necessárias ao país passam pela educação. Por isso, essa é a área que recebe a maior parte dos investimentos sociais realizados no Brasil pelo setor privado", ela afirma. Vanda cita, entre as ações de ação pública nas quais investe o Santander Banespa, os

Educação é a área que recebe a maior parte dos investimentos sociais no País

nais assumem lugar de destaque, afirma Vanda Pita, superintendente de responsabilidade social da instituição. "As soluções

programas 'Redescobrimos o Centro de São Paulo' e 'História da Gente'

Esse último programa realiza-se em Ribeirão Preto, município que, além do Santander Banespa, inclui no rol de parceiros dos projetos hoje em desenvolvimento em sua rede de ensino também a Volkswagen, Itaú, TIM e Algar, entre outras empresas. Desses programas, participam quase 60% dos aproximadamente 43 mil alunos da rede municipal de ensino da cidade. "Uma rede de parcerias com empresas reconhecidas e legitimadas possibilita ao poder público desenvolver projetos que refletem e respondem aos desafios do contexto social brasileiro", afirma Abib Salim

INVESTIMENTOS DIVERSIFICADOS

Outras empresas, além dos bancos, investem na melhoria do ensino público. A AutoBan - concessionária do 1º sistema Rodoviário Anhangüera-Bandeirantes -, promove desde 2002 o programa de educação para o trânsito 'Estrada para a Cidadania', destinado às cidades atendidas por essas estradas, como Americana, Caieiras, Hortolândia, Itupeva, Jundiaí, Limeira, Sumaré, Valinhos e Vinhedo, entre outras. "Até agora, 239 mil alunos já participaram desse programa", conta a coordenadora Cátia Cilene Zamboni. "Estamos melhorando e mudando o comportamento dos pedestres e motoristas por meio de informações repassadas pelas próprias crianças participantes do programa", ela acrescenta.

Já os projetos do Instituto Algar - entidade ligada ao grupo empresarial Algar -, destinam-se a dotar professores da rede pública de uma visão mais abrangente de seu papel

de educadores. Atualmente, esse instituto desenvolve dezesseis programas - todos tendo como parceiras escolas públicas municipais ou estaduais -, em quinze municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Segundo Ana Flávia Martins, coordenadora de projetos do Instituto Algar, esses projetos receberão este ano uma verba de R\$ 2,8 milhões.

Campinas, Ribeirão Preto, Ituverava, Franca e Brodowski são os municípios paulistas atendidos pelos projetos do Instituto Algar. Na opinião de Ana Flávia, as parcerias entre as empresas e o poder público constituem o caminho mais viável para o desenvolvimento de ações eficazes na solução dos problemas sociais. "Cada setor - empresas, poderes públicos, organizações não-governamentais -, tem seus conhecimentos e capacidades, mas individualmente nenhum deles consegue transformar a sociedade", ela justifica.

Cury, secretário da educação de Ribeirão Preto.

A parceria entre poder público e setor privado permite ainda complementar as atividades curriculares com ações em áreas como esporte e cultura, acrescenta Ellen Terezinha Leonel de Moraes Cândido, supervisora escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Jundiaí (cidade incluída

tá sendo possível traçar metas de atuação para que possamos ocupar, de forma saudável e criativa, crianças e adolescentes desse bairro”, ele diz.

MODELOS DE SELEÇÃO

As rodadas anuais de seleção. “Na seleção, consideramos fatores como abrangência, inovação e sustentabilidade dos projetos”, conta Vanda. Segundo ela, a verba des-

Já na Fundação Itaú Social, de acordo com Ana Beatriz, apenas uns 20% da verba - que este

convites, como ocorre no programa ‘Melhoria do Ensino no Município’.

Na opinião de Ana, as

Ações diminuem as taxas de evasão das escolas e tiram jovens e crianças das ruas

Os bancos têm critérios diferentes para seleção de projetos nos quais alocarão seus recursos

no programa Melhoria da Educação no Município, desenvolvido pelo Itaú). “Essas ações diminuem as taxas de evasão das escolas, e tiram jovens e crianças das ruas”, elogia Ellen.

Também a cidade de Atibaia participa do programa Melhoria da Educação no Município. De acordo com Ricardo dos Santos Antonio, vice-prefeito e secretário de Educação e Cultura desse município, esse programa vem mobilizando estudantes e comunidade de uma região bastante populosa de Atibaia. “Através de reuniões com os cidadãos, com ele es-

tinada este ano a ações sociais pelo Santander Banespa será superior aos R\$ 43 milhões alocados em 2005.

ano somará cerca de R\$ 30 milhões -, destina-se a projetos que buscam apoio. O restante é alocado em programas desenvolvidos pela própria Fundação - em parceria com poderes públicos e organizações sociais -, dos quais pode-se participar de maneiras diversas. Por exemplo, através de inscrição das escolas interessadas - como acontece no ‘Escrevendo o Futuro’ -, ou via

parcerias são fundamentais para a superação dos problemas do país. “A magnitude desses problemas exige ações conjuntas entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil”, ela diz. Essa opinião é referendada por Antonio, de Atibaia: “Com essas parcerias, o poder público consegue atingir objetivos nem sempre possíveis de outra forma”, ele finaliza. ■■



Programa Jovens Urbanos: apoio à juventude da periferia

Divulgação

Página da história

Nesta edição mostramos flagrantes de dois Congressos Estaduais de Municípios, evento já tradicional da APM que acontece anualmente

Por Carlos Cruz



No 34º Congresso dos Municípios ocorrido em Serra Negra em 1990, vemos, da esquerda para direita, o Ex-Prefeito de Jaú e ex-Presidente da Associação dos Prefeitos Sigefredo Grizo; o ex-Presidente da APM Lincoln Magalhães, o ex-Deputado Walter Lazzarini, uma companheira congressista e o Ex-Presidente da Assembléia Legislativa, ex-Deputado Tonico Ramos



Outro flagrante do 34º Congresso, mostra, na seqüência, o ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Carapicuíba Alexandre Bentin, o saudoso e inesquecível ex-Presidente da APM Wilson José e o hoje Prefeito de Ribeirão Preto, Diretor da APM e municipalista respeitado e admirado Welson Gasparini



Ex-Presidente da Câmara Municipal de Andradina, o Vereador Eupídio Tencarte, municipalista convicto e histórico, marca presença na tribuna do 40º Congresso Estadual dos Municípios, ocorrido em 1996 na cidade de Serra Negra.



Num flagrante do 34º Congresso Estadual de Municípios, ocorrido em 1990 em Serra Negra, vemos ao microfone o hoje Presidente da UVESP, Vereador Sebastião Misiara, tendo, à esquerda, nossa querida Dalva Cristofolletti e, à direita, o saudoso ex-Vereador de Barretos e municipalista histórico Nelson Abdala.

Vida ligada ao alumínio

Relacionada desde o nascimento à produção do metal, a cidade orgulha-se de ser hoje pequena, próspera e independente

Por Tagil Ramos

A pequena cidade, de 16 mil habitantes, localizada a 74 quilômetros da capital paulista, tem sua vida econômica e social intrinsecamente relacionada à produção do metal extraído da bauxita. Ali se encontram as instalações da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Cerca de 8 mil pessoas, cerca de metade de toda a população, dependem diretamente dos salários dessa empresa.

Não é à toa, portanto, que o município ganhou o nome, histórico e brilhante, de Alumínio. A cidade é nova. Falar de emancipação ainda causa emoção em seus habitantes. Apesar de ter alcançado a independência há cerca de 15 anos, a emancipação, conquistada em 1991, ainda traz ao sangue do aluminense aquela sensação de luta vencida.

O processo de separa-



Prefeitura Municipal de Alumínio: sob o segundo mandato de José Aparecida Tisêo

ção de Mairinque, hoje cidade irmã, foi rápido. Ficou na condição de Distrito apenas por quatro anos. A população conseguiu eleger seu primeiro prefeito, José Aparecida Tisêo, para o exercício de 1993 a 1996. Tisêo atuou de maneira decisiva para a separação

da cidade e há cerca de dois anos voltou para seu segundo mandato.

“Na época da emancipação, em dezembro de 1991, eu era vice-prefeito da cidade de Mairinque e até que ocorressem as eleições municipais, que se deram em outubro de 1992, a lei ga-

rantia ao Município de Mairinque a gestão da então recém-criada cidade e de maneira crescente”, lembra Tisêo.

Naquela oportunidade, Mairinque transferia os recursos para Alumínio, situação que perdurou nos dois primeiros anos da primeira adminis-

tração. Daí em diante, o município iniciava o seu crescimento com seus recursos em sua totalidade.

“Nesses seis anos que estou à frente da administração pública, venho resolvendo os problemas maiores que existem e incomodam a comunidade, com destaque para a canalização do Córrego Varjão, que há anos vinha prejudicando, com enchentes, a vida dos moradores do Bairro Paraíso e os problemas

PRIMEIRO MANDATO

No seu primeiro mandato, a base da administração de Tisêo foi voltada para o saneamento de todos os serviços que estavam à disposição da comunidade. Havia muita coisa a fazer, principalmente nas áreas de Educação, Saúde, Transportes e Atendimento Social. Para o mandato atual, a administração vem realizando obras e serviços de reestruturação, proporcionando, as-

Novos projetos incluem a construção da nova biblioteca e a Escola de Música

de iluminação pública nas áreas urbana e rural”, explica o prefeito Tisêo. Segundo ele, está em andamento a execução do Projeto de Contenção de Encostas na Vila Ré, com o objetivo de eliminar uma área de risco. Para este ano, também será contemplada a elaboração do Projeto de Contenção das Encostas da Vila Brasilina. “Em geral, procuramos ouvir todos os vereadores e moradores da cidade, identificando assim suas prioridades e na medida do possível, realizando-as”, esclarece.

sim, todo um equilíbrio dos trabalhos, com a finalidade de melhor servir à população. “Dentre eles, destacam-se a construção da nova Biblioteca municipal, a Escola de Música e a Creche Municipal, que terá seu atendimento aumentado de 100 para 250 alunos”, diz o vice-prefeito Ancelmo Carlos Ramos dos Santos.

São importantes pontos do projeto o recapeamento das ruas, a conclusão da construção da avenida interligando os Bairros Jardim Progresso, Pedágio, Brasilina, Alvorada e Santa Luzia, a pa-



Ancelmo Santos e José Tisêo, vice e prefeito: trabalho em conjunto para dar à população as condições básicas

vimentação de cinco quilômetros da estrada municipal Ayrton Senna, do Bairro Irema até o Bairro Sinindú. “Para o exercício de 2007, estaremos pavimentando as estradas municipais Horácio Lourenço, Hélio Wanderley Neto e Dr. Irineu Resende, que interligam os Bairros do Brejo e Briqueituba e a construção do Paço Municipal, com

fóruns, hospitais e faculdades. “Normalmente, as prefeituras dessas cidades têm relacionamento comum entre elas, principalmente nessas épocas difíceis, fazendo parcerias e convênios de serviços”, diz o vice-prefeito.

ARRECADAÇÃO

A CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, é hoje a maior fonte ar-

A CBA é hoje a maior fonte arrecadadora do município, com seis mil funcionários diretos

3.450 metros quadrados”, informa Tisêo.

Os aluminenses usam as estruturas de cidades vizinhas, como Sorocaba, Mairinque e a própria capital, aproveitando os serviços de cartórios,

recadadora do município. Ela tem aproximadamente seis mil funcionários diretos e de dois a três mil indiretos. Desse total, dois mil diretos são residentes do município, atendendo dessa forma,

em média, 50% da população da cidade.

O município tem marcas de destaque. É o 13º maior em riqueza per capita do Estado, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), calculado em 2002 também pelo Seade. Em 2000, estava em 30º lugar. Outros números do IPRS exibem o desenvolvimento social de Alumínio para o mesmo período

de 69,8% para 98,6%. Com isso, fazia parte, em 2002, do grupo de 71 municípios paulistas que apresentavam os melhores indicadores sociais e de riqueza segundo os critérios do IPRS.

EMPREENHIMENTOS

Mas o município cresce. Empresas como a Ice Pack Indústria, Paladoro Produtos Alimentícios e a Simonini Indústria e

ao município com a contratação de mão-de-obra local, principalmente do sexo feminino, mão-de-obra com conhecimento adquirido em outras empresas”, diz o prefeito. Segundo ele, devido à conclusão das instalações, as empresas não estão em total capacidade de produção, mas, pelas informações prestadas pelos empresários, serão gerados entre duzentos e trezentos empregos.

Empresas como a Ice Pack e Simonini receberam incentivo da doação da área de instalação

do. No item longevidade, passou do 232º lugar para o 162º; em escolaridade, foi da 314ª posição para a 105ª.

É notável ainda a taxa de atendimento à pré-escola entre as crianças de 5 a 6 anos, que elevou-

Comércio de Produtos Alimentícios estão concluindo suas instalações no município. Todas receberam o incentivo da doação da área de sua instalação. “Esperamos que com esta iniciativa, as empresas possam reverter

NA CÂMARA

O debate político que se realiza na Câmara Municipal de Alumínio está afinado com as classes representativas da sociedade. A independência entre os poderes é respeitada. O presidente da Câmara, José Luiz da Rocha, tem seus próprios objetivos e metas. Ele relaciona: a manutenção da credibilidade da casa,



Rocha: Internet ajuda na transparência da Câmara

a racionalização dos gastos, a maior transparência nos trabalhos do Legislativo, a qualificação dos servidores para melhor atender o público e na realização dos trabalhos internos.

Para atingir esses objetivos, a casa legislativa tem investido na modernização e no poder das novas mídias. O chamado Portal da Câmara é uma delas. “O papel da internet foi e será sempre o de levar transparência das atividades legislativas realizadas na Casa”, revela José Luiz da Rocha. “Nosso portal é novo e está apenas há um ano na rede, mas nossa intenção, neste ano, é dar continuidade ao trabalho de apresentação do nosso portal à população”, diz o presidente da Câmara. ■■

ATIVIDADES DO LEGISLATIVO

Indicações	1045
Requerimentos	238
Moção	23
Projetos de Lei de autoria do Executivo	53
Projetos de Lei de autoria do Legislativo	16
Projetos de Emenda à LOM	6
Projetos de Decreto-Legislativo	5
Projetos de Resolução	7

Fonte: Câmara Municipal de Alumínio

O perigo da rejeição das contas

Antonio Sérgio Baptista

A rejeição das contas dos administradores de bens e valores públicos tem, como consequência imediata, a inelegibilidade por cinco anos. É o que está escrito na letra "g" do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Mas, até algum tempo atrás, bastava propor perante o Poder Judiciário, uma ação destinada a discutir a decisão de rejeição das contas, para que a inelegibilidade ficasse suspensa, até o término da ação desconstitutiva. A ação encontrava respaldo no próprio texto legal e, também, na Súmula nº1 do Tribunal Superior Eleitoral, a seguir transcrita:

Súmula nº1. Proposta a ação para desconstituir a decisão que rejeitou as contas, anteriormente à impugnação, fica suspensa a inelegibilidade.

Usei os verbos no pretérito porque o TSE, recentemente, em diversos julgados, decidiu rever a Súmula nº 1 para evitar, nas palavras dos ilustres Ministros, o aventurismo jurídico, para evitar que os administradores, que tiveram as contas rejeitadas, obtenham a elegibilidade apenas como consequência da simples propositura da ação.

Para alerta dos companheiros municipalistas, é preciso redobrada cautela na execução orçamentária. Os prefeitos que têm suas contas apreciadas, mediante parecer opinativo, pelos Tribunais de Contas dos Estados e julgadas pelas

Câmaras municipais; os presidentes de Câmaras municipais e administradores de autarquias, fundações e demais entidades públicas, que têm suas contas julgadas, em decisão terminativa, pelos Tribunais de Contas estão colocados sob risco de inelegibilidade por cinco longos anos.

Os Tribunais de Contas, ao analisar as contas dos prefeitos, via de regra, consideram como irregularidades de maior gravidade, passíveis de reprovação das contas: a insuficiente aplicação dos percentuais mínimos obrigatórios na educação

e na saúde; a superação do limite legal de despesas com pessoal; a inadimplência dos recolhimentos previdenciários e o desequilíbrio orçamentário, acima dos limites da razoabilidade, além de outras falhas que, no

conjunto, demonstrem ofensa aos princípios de responsabilidade na gestão das finanças públicas.

Em relação às Câmaras municipais, é importante observar os limites constitucionais das despesas total e com pessoal, a estreita vinculação dos subsídios dos vereadores à legislação de regência e, finalmente, quanto aos órgãos da administração indireta (autarquias, fundações e empresas), as despesas impróprias, o fracionamento das licitações e o desequilíbrio orçamentário, são as irregularidades que, via de regra, têm conduzido à rejeição das contas. ■

Os Tribunais de Contas, ao analisar as contas dos prefeitos, vêem irregularidades mais graves



Antonio Sérgio Baptista, advogado especialista em Direito Público

CBTIM para todos

Congresso mostrou as novidades tecnológicas disponíveis para prefeituras e secretarias públicas. Confira, adiante, flagrantes de momentos importantes do evento

Por Carlos Cruz



Flagrante da composição da mesa Diretora da solenidade de abertura do 7º CBTIM



Fala do Presidente da APM, Marcos Monti, na abertura do 7º CBTIM



Em nome do Bradesco, o Dr. Renan Mascarenhas Carmo fala na abertura do 7º CBTIM.



Dr. Gerardo Rojas, Prefeito de Salamanca (Chile) quando discorria sobre o tema Cidade Digital



Platéia lotada na abertura do 7º CBTIM



O Deputado João Hermann autografa seu livro.



Prof. Victor Mirshawka, da FAAP, em sua concorrida palestra.



Um dos três "Palm Tops" sorteados entre os congressistas



Palavras do Deputado João Hermann no lançamento do livro "O Caminho das Cidades", de sua autoria



O Presidente da APM Marcos Monti entrega o Troféu "Excelência em TI" ao Presidente da BOVESPA, Dr. Raymundo Magliano Filho



O Presidente da BOVESPA, Dr. Raymundo Magliano Filho, agradece a homenagem



Presidente da mesa, o Diretor da APM Vick Nholla, tem a sua direita a sra. Lídia Leiria Massad, do Bradesco e a sua esquerda o Prefeito de Salamanca (Chile) Gerardo Rojas



O casal Marcos e Andréa Monti acompanhados da sra. Cleidiane



O Artista Plástico e Caricaturista João Monteiro marcou presença na Exposição Paralela com sua arte



Dr. Cassiano Bonani, da Oracle, patrocinadora do 7º CBTIM



Vick Nholla, Diretor da APM, o Diretor do Bradesco Josué Augusto Pancini, e o 1º Vice-Presidente da APM e Prefeito de Aparecida do Norte José Luiz Rodrigues.



O Prefeito de Salamanca (Chile) quando homenageado pelo Presidente da APM Marcos Monti e pelo Diretor Vick Nholla.



O Presidente Marcos Monti homenageia o Dr. Luiz Eduardo Alvarez, da PRODESP



O Deputado João Hermann entrega uma cópia do livro "O Caminho das Cidades" ao Vereador da capital, Carlos Apolinário



Dr. Paulo Cunha, ladeado pela Dra. Dalva Christofoletti e pelo Dr. Marcos Monti, no stand da Oracle, patrocinadora do CBTIM.



Vista Geral da platéia, durante a apresentação da CNM – Confederação Nacional de Municípios.



Recepcionistas da Empresa Cape Eventos



Panorâmica do Stand do Bradesco



No stand do Patrocinador Bradesco, o Ex-Presidente da APM Dep. Celso Giglio e o Presidente Marcos Monti, acompanhados de Funcionárias do Banco



Antonio César Simão, Secretário Geral da APM, o Ex-Presidente Celso Giglio, o Presidente da APRECEP Antonio Carlos de Faria (Fordinho), Marcos Monti e José Mauro Orlandini, Presidente e Diretor da APM

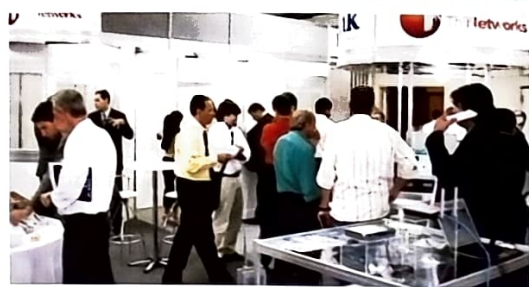
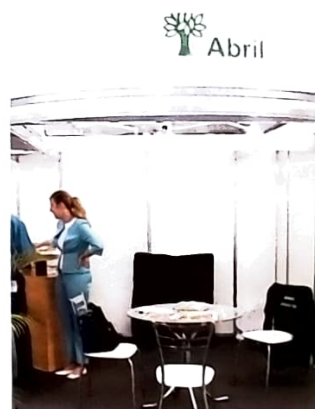
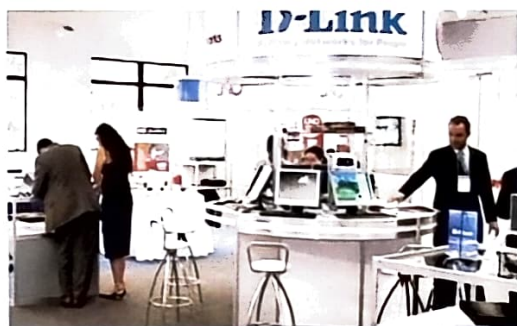
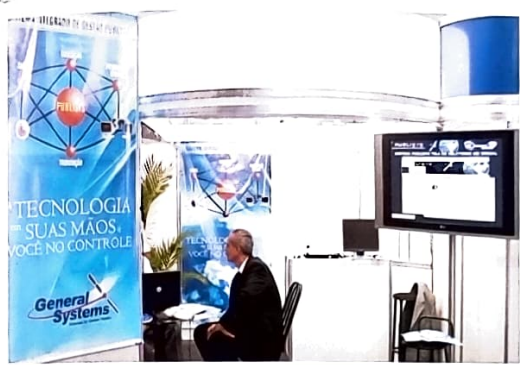


Os três felizes ganhadores dos "Palm Tops" sorteados entre os congressistas



Nossa querida Dalva Christofoletti, ladeada pelo Dr. Ricardo Santos Neto, Presidente do IMA/FISPAL e Marcos Monti, Presidente da APM

Flagrantes dos stands dos expositores



O impacto da mídia exterior

A regulamentação da publicidade nas áreas públicas exige dos prefeitos posições que considerem todos os vetores da questão

Por Antonio Carlos Santomauro

A decisão de proibição quase integral da publicidade exterior na cidade de São Paulo gera uma indagação importante para os municípios do Estado: é interessante, social e economicamente, extinguir uma atividade tão tradicional? Algumas prefeituras estão respondendo essa questão com iniciativas focalizadas.

Na cidade de Mogi das Cruzes, por exemplo, a prefeitura desenvolve, no âmbito de um programa de atualização de todo o cadastro imobiliário do município, um completo levantamento da mídia exterior hoje existente na cidade. “Esse estudo estará concluído em março ou abril do próximo ano”, prevê João Francisco Chavedar, secretário de planejamento e urbanismo do município. “E o Plano Diretor da cidade, que foi aprovado em outubro último, dá à prefeitura um prazo de 1,5



Ponto de ônibus: um dos alvos prediletos da propaganda em mobiliário urbano

ano para realizar estudos e diagnósticos, e propor uma regulamentação específica para a mídia exterior”, ele acrescenta.

No município de Bauru, já neste ano de 2007, a prefeitura deverá estruturar uma regulamentação específica para mídia exterior, segundo o secretário de Planejamento, Leandro Dias Joaquim. Nessa ci-

dade, também está em desenvolvimento um processo de requalificação do centro antigo que, entre outras coisas, exige a retirada de algumas placas indicativas de lojas, e a adequação de outras a novos parâmetros. “E há a tributação da mídia exterior, que não gera valores significativos, mas permite algum controle”, diz Joaquim.

Em São José do Rio Preto, de acordo com o secretário municipal de Meio-ambiente e Urbanismo Humberto Martins Scanduzzi, a regulamentação da mídia exterior faz parte do Código de Posturas, que data do início dos anos 90. “O ideal seria uma nova lei. Estamos trabalhando nisso, inclusive no processo de revisão do



Presença de outdoors em avenida de Diadema: divulgação de informações importantes para a população

Plano Diretor da cidade”, afirma Scanduzzi. Ele conta que, há aproximadamente dois anos, a prefeitura de São José do Rio Preto normatizou a presença dos *outdoors*, que não podem

para as cidades. Por exemplo, gerar um visual urbano mais agradável e acolhedor. “Bem-disciplinada, essa mídia pode ter um papel estético interessante, evitando uma cidade fria”, diz

A prefeitura de Franca pretende transformar o parque em um local disponível para pesquisas

mais ser instalados em locais públicos, e necessitam de autorização prévia para serem colocados em áreas particulares.

FUNÇÃO SOCIAL

De maneira geral, a lei que proíbe a mídia exterior na cidade de São Paulo não é aprovada pelos representantes dos municípios, que crêem ser esse meio de comunicação capaz de produzir diversos benefícios

Scanduzzi, de São José do Rio Preto.

As empresas de mídia exterior também ajudam a manter limpos os terrenos nos quais instalam seus equipamentos, destaca Joaquim. “E essa mídia permite que a informação chegue rapidamente a pessoas que, muitas vezes, não têm acesso a outros meios de comunicação”, acrescenta o secretário de Bauru.

Essa capacidade da mídia exterior de servir como elo de comunicação entre poder público e a população é aproveitada diretamente pela prefeitura de Diadema, que mantém uma rede própria com quarenta painéis de *outdoor*, instalados em locais públicos, nos quais veicula mensagens relativas a campanhas, inaugurações, e outras informações de interesse público. “Esse sistema permite, com uma comunicação direta e simples, que a mensagem chegue rapidamente a toda a cidade”, afirma Arquimedes Andrade, secretário de Comunicação de Diadema.

E, juntamente com a relevância econômica do setor, essa função social da mídia exterior constitui o binômio que sustenta a argumentação dos representantes da mídia exterior na defesa de sua atividade. “Essa mídia pode divulgar informações importantes para a população”, enfatiza Julio Albieri Neto, presidente do SEPEX-SP (Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo). Segundo ele, essa mídia também compõe uma atividade econômica que, no estado de São Paulo, gera cerca de 15 mil empregos diretos em aproximadamente novecentas empresas.

Mas, na opinião de Al-

bieri, a convivência harmônica entre mídia exterior e espaço urbano exige regras claras para disciplinar a publicidade nos espaços das cidades, e fiscalização rigorosa. “As prefeituras cobram taxas para fiscalização de anúncios, e precisam realmente fiscalizar”, diz o presidente do SEPEX-SP. Em 2005, a prefeitura de São Paulo recebeu cerca de R\$ 36 milhões em taxas da mídia exterior.

Rafael Picone, presidente da Seccional Interior de São Paulo da Central de Outdoor - entidade que reúne empresas de *outdoor* de todo o país -, também solicita regras bem definidas, e fiscalização rígida, mas crê que as empresas de mídia exterior devem colaborar para evitar abusos. Segundo ele, essa disciplina é muito importante para que aconteça a valorização da atividade da própria Central.



Chavedar, de Mogi: 1,5 ano para fazer regulamentação



O poder do anel

Construído ao redor da área urbana de São Paulo, o Rodoanel Mário Covas é promessa para resolver o problema dos carros excedentes

Por Eva Santos



Mapa ilustrativo: cinturão rodoviário em torno da cidade liga as principais rodovias de acesso

Diminuir o tráfego caótico na cidade de São Paulo, desafogar as principais avenidas, valorizar o transporte de carga para os municípios vizinhos e outros estados, tudo isso e muito mais são os objetivos que levaram o governo de São Paulo a construir o Rodoanel Mário Covas.

Em meados do mês de setembro do ano passado, foi iniciada a construção do Trecho Sul, parte inte-

grante do anel viário que está dividido em quatro trechos: Norte, Sul, Leste e Oeste, este último em perfeito andamento desde outubro de 2002.

O Trecho Sul do Rodoanel terá como principal objetivo servir de ligação entre a região central do Brasil e o Porto de Santos, constituindo-se um elo vital para o escoamento da produção.

Está previsto para ter 61,4 quilômetros de exten-

são, sendo 57 quilômetros de pista e 4,4 quilômetros de ligação em Mauá. Terá início no trevo da Rodovia Régis Bittencourt, no entroncamento com o trecho Oeste. E passará pelos municípios de Mauá, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo, São Paulo, Itapeverica da Serra e Embu.

Em sua extensão, interligará as rodovias Anchieta, Imigrantes e Régis Bittencourt que, somadas às interligadas do trecho oeste, perfazem um total de sete das dez principais rodovias de São

importante para o tráfego da cidade, também será duplicada para receber o trânsito proveniente do Rodoanel.

A avenida Jacu Pêssego também será estendida com o intuito de facilitar a chegada à zona Leste de São Paulo, às rodovias Ayrton Senna, Dutra e ao aeroporto internacional de Cumbica. Toda essa reforma contribuirá para a geração de empregos na região.

Uma das preocupações dos responsáveis pelo projeto do Trecho Sul foi a preservação ambiental das

O Trecho Sul servirá de ligação entre a região central do Brasil e o Porto de Santos para escoar produção

Paulo.

Foi adicionado ao projeto uma ligação de padrão rodoviário, estendendo-se até a Av. João XXIII, em Mauá. Esta avenida,

áreas por onde ele passará. Nas zonas de mananciais ele estende-se por quilômetros sem nenhum acesso às avenidas e ruas da região. Isto acontece



Obras continuam a todo vapor: em 2010, a conclusão reduzirá em 37% o fluxo de veículos de carga na Av. dos Bandeirantes

nas estradas de Itapeçerica da Serra e Parelheiros, onde serão construídos 38 km sem nenhum acesso até chegar à rodovia dos Imigrantes.

Após o cruzamento com a Via Anchieta, prossegue em direção a Mauá, margeando o braço do Rio Grande, funcionando como uma barreira à ocupação desordenada e prevenindo a degradação do manancial que abastece a região do ABCD.

MANANCIAIS

Os mananciais das represas Billings e Guarapiranga receberam uma atenção especial no traçado do Trecho Sul que acompanha as várzeas do rio

Embu Mirim. Pensando na preservação dessas áreas, as pistas foram separadas para permitir a criação de dois parques.

O trecho Sul cruza a represa de Guarapiranga no seu ponto mais estreito, com uma travessia de apenas 90 metros, sem aproximar-se do parque do Embu Guaçu, passa pelo reservatório da Billings através de duas pontes, uma no corpo principal e outra no Braço do Bororé. Os pilares serão anexados em ilhas, com o objetivo de minimizar a interferência da obra na região.

Na via Anchieta, principal elo de destino ao Porto de Santos, foi adequado

um projeto especial devido à existência de adutoras, gasodutos e polidutos que atravessam essa rodovia. A estação de captação de água da Sabesp também será preservada com o desenvolvimento de sistemas de drenagem, de forma a orientar as águas provenientes do Rodoanel.

do centro de captação de águas da Sabesp.

Em toda a extensão atingida pela obra, as áreas degradadas serão recuperadas e receberão paisagismo e reurbanização, assim como os portos irregulares de areia, onde a extração predatória e desordenada provocou erosão.

As áreas degradadas serão recuperadas e receberão paisagismo e reurbanização

Barreiras serão implantadas para evitar o assoreamento das represas. Além disso, a rodovia estará localizada a 13 quilômetros de distância

Para os animais dessas regiões foram projetadas travessias em diversos locais, possibilitando a circulação deles e minimizando a



Pedra fundamental do projeto do anel viário em torno da capital paulista: iniciativa administrativa visionária

interferência com a fauna em seu habitat natural.

O Trecho Sul beneficiará os municípios de Embu, Itapeverica da Serra, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e Mauá. Terá duas pistas com três a quatro faixas de rolamento, mais acostamento. O custo total do empreendimento está orçado em R\$ 3,5 bilhões, incluindo

roz Galvão/CR Almeida, Camargo Corrêa/Serveng e OAS/Mendes Junior. A obra demorará 48 meses para ser concluída.

Estão previstas 114 obras de arte entre pontes, viadutos, passagens superiores e inferiores.

A cidade de Santo André, região do Grande ABCD, será beneficiada com a completa revitalização do Parque do Pedroso. Serão

Estão previstas 114 obras de arte entre pontes, viadutos, passagens superiores e inferiores

a construção da rodovia, desapropriações, reassentamentos e compensações ambientais. A obra física está avaliada em R\$ 2,58 bilhões e será executada pelos consórcios Andrade Gutierrez/Galvão, Norberto Odebrecht/Constran, Quei-

acrescidos mil hectares com o replantio compensatório, religando formações florestais isoladas. A preservação da margem do reservatório do Rio Grande, a criação de novos parques nas cidades de Embu, Itapeverica da Serra, Jaceguava e Bororé, garan-

tirar outros mil hectares de área verde à região.

O término da obra está previsto para 2010 e espera-se uma redução de 37% do volume de veículos de carga na avenida dos Bandeirantes e 43% na Marginal Pinheiros.

Estima-se que, em médio prazo, o trecho sul, associado à ferrovia, poderá viabilizar a construção de centros logísticos integrados, contribuindo em quase sua totalidade para a coleta e distribuição de

Tavares, Castelo Branco, Anhangüera e Bandeirantes, passando pelos municípios de São Paulo, Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Taboão da Serra e Santana de Parnaíba. A interligação dessas rodovias absorve 60% dos veículos que passam pela região metropolitana de São Paulo. Ao todo são, em média, 200 mil veículos/dia e 43 mil caminhões.

Na cidade de São Paulo, os bairros vizinhos a Cidade Universitária foram beneficiados com a diminuição do

Bairros vizinhos à Cidade Universitária já foram beneficiados com a diminuição do trânsito e da poluição

cargas na região metropolitana, representando a indução da atividade econômica, incremento da capacidade competitiva da economia paulista, aumento de emprego e melhoria na qualidade de vida para grande parte da população que reside na região metropolitana de São Paulo.

TRECHO OESTE

O Trecho Oeste foi o primeiro a ser construído e interliga cinco das dez principais rodovias que chegam a São Paulo: Régis Bittencourt, Raposo

trânsito, além dos níveis de poluição, inclusive sonora, terem sido reduzidos.

Os veículos, tanto coletivos como os particulares, ganharam espaço com a redução do número de caminhões, especialmente nos corredores das avenidas Francisco Morato e Eliseu de Almeida. As marginais de São Paulo tiveram uma diminuição de quase 30% no transporte de cargas. Na construção do Trecho Oeste foram criados por volta de 13 mil postos de trabalho, contribuindo para um acréscimo de 5,5% na oferta de empregos na região. ■■

Na hora de renovar

APM realiza encontro de municípios operados pela Sabesp, cujos contratos estavam vencidos ou a vencer

Em evento comandado pelo Presidente MARCOS MONTI, e com o objetivo de sanar dúvidas em relação aos procedimentos a serem adotados quando da renovação dos contratos com a SABESP, no dia 8 de fevereiro, a APM reuniu Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Técnicos municipais no auditório da BOVESPA, para ouvirem as orientações jurídicas dos Advogados Dr. Wladimir Antonio Ribeiro e Dr. Marcos Augusto Perez, da Manesco, Ramires, Peres, Azevedo Marques Advocacia.

Com o auditório lotado, foi necessário instalar dois telões na sala ao lado que, também lotou. O acompanhamento foi feito com muita atenção e interesse.

Abaixo, flagrantes do evento:



Dr. Wladimir Antonio Ribeiro, Presidente da APM Marcos Monti e Dr. Marcos Augusto Perez



Antonio César Simão, Secretário Geral da APM, João Francisco (KIKO) Prefeito de Bocaina e Marcos Monti, Presidente da APM



Detalhes dos auditórios lotados e da interação dos participantes

Para construir o futuro

Coan investe na qualidade de suas refeições para garantir que o crescimento e a educação das crianças sejam melhores

Por Camila Plati

Líder na terceirização de alimentação escolar, a Coan Alimentação & Serviços completa 26 anos de reconhecimento como uma das maiores organizações em refeições coletivas do Brasil.

Fundada em 1980 em Tietê, interior de São Paulo, o então restaurante dos Pampas deu início à trajetória de sucesso da família Coan, que investiu na qualidade de seus produtos e serviços para obter o alto padrão nas refeições servidas e no atendimento.

Desde então, a empresa não parou de crescer. Atualmente, ela conta com 19 filiais espalhadas pelo país que gerenciam, aproximadamente, 5.300 funcionários e 100 restaurantes industriais que prestam atendimento a empresas públicas e privadas, usinas de açúcar e álcool e hospitais.

Atualmente, a qualidade



Qualidade e teor nutricional para a infância: principais diretrizes da empresa

da Coan está presente em 2 mil estabelecimentos escolares, serve todos os dias quase 2 milhões de crianças de 34 cidades brasileiras localizadas nos estados da Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará,

Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. Além de hospitais, restaurantes populares e outros órgãos públicos. Isso sem contar os serviços de alimentação prestados às usinas de álcool e açúcar, restaurantes instalados em

empresas e indústrias da iniciativa privada.

CONTROLE DE QUALIDADE

A preocupação com a qualidade e teor nutricional dos alimentos servidos é uma das principais diretrizes da organização.

Os cardápios servidos são balanceados e adequados à realidade de cada localidade, respeitando hábitos e característica de cada região. Todo o trabalho da Coan é coordenado e supervisionado por nutricionistas. Em determinadas situações, os cardápios variam também de acordo com as exigências de cada cliente que pode simplificar ou enriquecer as refeições, conforme suas necessidades.

Para garantir a qualidade dos alimentos, além de açougue, hortas e agroindústria próprios, a Coan possui também uma Central de Compras e Logística, responsável pela produção, processamento e distribuição de estoques, perecíveis, descartáveis e materiais de limpeza

Os cardápios servidos são balanceados e adequados à idade das crianças da organização

para todas as suas bases de produção espalhadas pelo país.

Além de prestar serviços dentro de rigorosos controles de qualidade, higiene e teor nutricional, a Coan procura valorizar também a economia local dos municípios em que atua. Para tanto, de-

envolve parcerias com produtores e comerciantes locais para o fornecimento de insumos como pão, hortifrutos e produtos com industrialização local que estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos pela empresa.

É na fase escolar que o corpo das crianças passa pelas maiores transformações biológicas. É quando o desenvolvimento físico e intelectual se acelera e a criança precisa de ajuda para crescer saudável.

Especialistas em nutrição são categóricos: nessa fase, a alimentação balanceada é fundamental para garantir o bom rendimento escolar e o interesse pelos estudos. Mas como um prato rico em vitaminas e proteínas, com feijão, arroz, carne,

verduras e legumes pode competir com salgadinhos e guloseimas das cantinas, cheios de gordura e açúcar, que atacam o paladar das crianças?

PROJETO INOVADOR

A Coan encontrou a solução. A empresa estruturou um projeto de

reeducação alimentar chamado A Turma da Marianinha. A ideia é ensinar, por meio da história de uma menina chamada Marianinha, que não gostava de comida saudável,

má nutrição e da obesidade infantil. Tudo com uma linguagem simples e divertida, para atingir crianças de 6 a 12 anos.

As apresentações da Turma da Marianinha já

Linguagem simples para explicar os riscos da má nutrição e da obesidade infantil

e assim se aproximar do universo infantil.

Dessa forma, a Coan conseguiu se aproximar das crianças, explicar a importância da boa alimentação, dos riscos da

atingiram mais de 400 mil crianças e por essa iniciativa, a empresa já recebeu o título de Empresa Amiga da Criança, da Fundação Abrinq e o Prêmio Top Social, ofere-



Cardápio rico em vitaminas e proteínas: feijão, arroz, carne, verduras e legumes

cido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

Por meio de teatro de mamulengos, brincadeiras na horta e na cozinha, os alunos de escolas públicas ou privadas aprendem a ter gosto pelos alimentos saudáveis. As atividades com as crianças são conduzidas por um grupo de atores e, enquanto se divertem, os professores

Marianinha, que fica em São José dos Pinhais (PR), ocupa uma área de 10 mil metros, onde foram montados horta, pomar, cozinha, e outros ambientes para as apresentações de teatro e recreações, como a produção de biscoitos pelos próprios alunos e colheita na horta. O local recebe, em média, a visita diária de 200 crianças com idade de 3 a 10 anos.

um ônibus carrega toda a estrutura necessária para as atividades.

Os exemplos estão aí para serem imitados. Pa-

mas reais da população mais carente. É importante saber que o resultado é sempre positivo, para todos os envolvidos.

Teatro e brincadeiras na horta e na cozinha ajudam os alunos a se interessarem por alimentos saudáveis

recebem orientação e informação de nutricionistas.

SEQUÊNCIA

O projeto criado pela nutricionista Ângela Maria Freitas já ensinou mais de 400 mil crianças sobre a importância da alimentação saudável e o valor nutritivo dos alimentos. "Para acompanhar o sucesso do projeto, a Coan colocou em ação o Núcleo de Educação Alimentar da Criança no Brasil, criado com o objetivo de promover a saúde e prevenir doenças infantis com palestras, apresentações e muita diversão para as crianças", diz Ângela.

O Núcleo de Educação Alimentar da Turma da

Há também a versão móvel do projeto, criada para apresentação em escolas localizadas em outros estados. Para isso,

ra melhorar as condições de alimentação de nossas crianças não é preciso ficar sonhando com grandes projetos. Empresa e governo podem trabalhar juntos para dar à infância, dignidade de uma boa nutrição.

O importante, como o projeto anterior está demonstrando, é a vontade política para dar soluções concretas para os proble-

Por essas iniciativas e pela preocupação com a qualidade, desenvolvimento de seus funcionários, comprometimento com o social e parceria com os clientes, a Coan já é referência no cenário da alimentação em nosso país. Por ser uma empresa que não pára de crescer por acreditar que, com gente saudável, o Brasil será ainda melhor. ::

TODOS GANHAM COM O INVESTIMENTO

Vantagens para o município

- Melhor controle sobre a merenda escolar
- Redução de custos no produto final
- Acompanhamento do processo por departamento de qualidade
- Mão-de-obra especializada
- Quadro de pessoal completo e adequado ao número de merendas por dia
- Serviço de desratização e desinsetização por conta da empresa
- Controle microbiológico diário da merenda servida, através de coleta de amostras
- Capacitação continuada e formação de merendeiras para treinamento *in loco*
- Prevenção, manutenção, controle e reposição imediata de utensílios e equipamentos

Benefícios para as crianças

- Cardápios balanceados
- Teste de aceitabilidade do cardápio pelas crianças
- Modificação do cardápio quando necessário
- Adaptação aos hábitos regionais e culturais da região
- Cardápio diferenciado para necessidades especiais, por exemplo, aluno diabético
- Palestras mensais sobre nutrição para pais e professores
- Apresentação de teatro de bonecos com foco no tema alimentação saudável
- Formação de bons hábitos alimentares
- Redução da evasão e absenteísmo escolar

A lei de responsabilidade fiscal e os municípios

François E. J. de Bremaeker

Diversas avaliações sobre o desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal têm sido elaborados por órgãos governamentais e por entidades não-governamentais, sempre apresentando resultados favoráveis.

Em primeiro lugar, o sucesso da Lei somente se deu em razão do controle da inflação a níveis ditos “civilizados”. Foi o que criou um ambiente favorável para a aplicação da atual legislação que rege as finanças públicas no País.

Em segundo lugar, é bom esclarecer, o Município é o único ente governamental instado a cumprir integralmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o artigo 62 possibilita

aos Estados e à União a manutenção de uma prática consagrada: repassar encargos de sua exclusiva competência para serem custeados pelos Municípios, conta que alcançou a cifra de R\$ 7,4 bilhões em 2005. Obviamente que os demais entes federados se eximem desta “responsabilidade fiscal”.

Em terceiro lugar, se a Lei de Responsabilidade Fiscal valesse para todos no que diz respeito ao impedimento da renúncia de receita, sem que seja apresentada uma nova fonte de recursos, ela deveria ter derogado a Lei Complementar 87/1996, a Lei Kandir,

em que a União desonera o ICMS (imposto estadual) da exportação dos produtos primários e semi-elaborados.

O prejuízo financeiro dos Estados com a renúncia fiscal imposta pela União aos Estados é enorme. Segundo estes, a desoneração pode variar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 18 bilhões, mas o ressarcimento previsto é de apenas R\$ 5,8 bilhões, ou seja, perto de um terço do real valor da desoneração, sendo que os Estados ainda estão “brigando” pela liberação dos últimos R\$ 1,3 bilhão.

Enquanto os Estados sucumbem diante do montante da sua dívida, reajustada por pesados juros, amargam a cada ano um colossal prejuízo com a desoneração do seu ICMS, do qual os Municípios são sócios em 25%

deste montante (que pode variar entre R\$ 2,7 bilhões e R\$ 3,5 bilhões).

Se somarmos o quanto os Municípios pagam para a manutenção de serviços e programas dos Estados e da União e mais o quanto os Municípios perdem com a desoneração do ICMS, chega-se a uma conta que oscila entre R\$ 10,1 bilhões e R\$ 10,9 bilhões.

Se a parcela não restituída aos Estados pela desoneração do ICMS fosse compensada da sua dívida, eles poderiam investir mais e assumir, de fato, o custeio das suas obrigações, aliviando as finanças municipais. ■■

O sucesso da Lei somente se deu em razão do controle da inflação a níveis ditos “civilizados”

François E. J. de Bremaeker
Economista e Geógrafo,
coordenador do Banco
de Dados Municipais
bremaeker@ibam.org.br

Apoios: Instituto
Brasileiro de
Administração Municipal
Escola Nacional de
Serviços Urbanos
(ENSUR)
Centro de Estudos de
Finanças Municipais
(CEFIM)
Banco de Dados
Municipais (IBAMCO)

Participação democrática

Prefeituras e Conselhos Municipais mostram que a paridade entre Estado e sociedade reforça participação dos munícipes públicos

Por Iara Martins

A parceria entre a Prefeitura Municipal de Serra Negra e o Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR, é apontado por várias autoridades como um exemplo de sucesso gerencial. Composto por membros da administração municipal, num gesto democrático do Prefeito Paulo Scachetti, o conselho criou comissões temáticas que abrangem os vários interesses do desenvolvimento da atividade turística na cidade. “A criação do COMTUR é fundamental, pois torna-se o principal elo entre os diversos segmentos da iniciativa privada e poder público nos assuntos direta ou indiretamente relacionados ao turismo, dinamizando o setor”, enfatiza Idenir Perondini, Presidente do COMTUR de Serra Negra.

A sinergia entre poder público e sociedade civil, nesse caso, foi fundamen-



Projeto Municipal Acolhida: parceria entre Prefeitura, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Serviço de Obras Sociais

tal. “Temos utilizado esse instrumento moderno da administração pública, em caráter consultivo e às vezes deliberativo, para que possamos auferir, com mais precisão e velocidade, os anseios da população nas respectivas áreas de atuação desses conselhos”, diz Scachetti. “Procuramos ouvi-los e prestigiá-los,

inclusive com nossa presença constante, para que a sociedade os entenda como representativos e os torne fórum legítimo de debates sobre os assuntos que lhe são afins”, completa.

Um dos mais recentes exemplos dessa sinergia está no Serra Iluminada, um projeto de mobilização de toda a rede de ensino

local, que visa ornamentar as ruas da cidade com enfeites natalinos confeccionados com embalagens PET, o que tem motivado, em muito, os alunos da rede pública e privada, além de apresentar à população uma maneira simples e bonita de cuidar do meio-ambiente e gerar envolvimento participativo

Divulgação

da comunidade em projetos sociais.

O projeto surgiu da necessidade de se ter uma

ma afinidade com seus conselhos municipais. “A prefeitura busca sempre trabalhar em conjunto com

Sinergia no projeto Serra Iluminada promove mobilização da rede de ensino, motivando alunos da rede

decoração natalina que agradasse tanto aos municípios quanto aos turistas que visitam a estância.

A iniciativa mobilizou cerca de 1.600 pessoas, envolvidas direta ou indiretamente, desde a coleta do material – que abrangeu hotéis, bares, restaurantes e residências – até a confecção dos enfeites, feita por professoras das redes municipal, estadual e privada.

Outra iniciativa da parceria entre COMTUR e prefeitura local – através da Secretaria de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico – é a implantação do calendário anual turístico para 2007 que, com planejamento e competência, propiciará a atração de apoios importantes da iniciativa privada para os eventos que dinamizarão a atividade turística no próximo ano.

EXEMPLO DE BOITUVA

Também o município de Boituva possui uma óti-

os Conselhos Municipais pelo bem estar da cidade. É importante que todos os segmentos sociais participem da política pública municipal, para que juntos possamos trabalhar em projetos que colaborem para o crescimento do município e das condições de vida dos munícipes”, declara Assunta Labronici, prefeita da cidade.

O Secretário Municipal de Ação Social e Cidadania confessa ser “fã dos conselhos municipais e da possibilidade de trabalho em conjunto”. Por esse motivo, criou o “Espa-

ço Cidadania”, uma sala equipada com projetor de imagens, sistema de vídeo e televisão, com capacidade para abrigar até 30 pessoas. O local foi instituído com o objetivo de oferecer um espaço para as reuniões dos Conselhos Municipais de Cidadania e incentivo à promoção social, bem como um lugar para cursos de capacitação profissional.

Uma das iniciativas dessa união é o Projeto

que é destinado ao apoio e acolhida à mulher vítima de violência, que necessita de local para abrigo temporário, buscando sua preservação física.

“O Projeto foi um grande passo para o município de Boituva. Até então, não tínhamos um lugar que pudesse acolher as mulheres que necessitassem de apoio em momentos difíceis. Com a criação desse espaço, as mulheres podem se sentir mais encorajadas

“Espaço Cidadania” incentiva possibilidade de trabalho em conjunto com conselhos municipais

Municipal Acolhida – uma parceria entre prefeitura, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Serviço de Obras Sociais (entidade não-governamental),

a denunciar os maus tratos sofridos, pois podem contar com uma estrutura física para abrigá-las em segurança, onde terão todo o atendimento necessário, inclusive psicológico”, explica a prefeita. ❖



Criação do COMTUR: ligação entre iniciativa privada e poder público em várias áreas

Ajuda contra o risco

IPT utiliza com sucesso método definido pela ONU para lidar com situações críticas

Por Kátia Canil e Eduardo Soares de Macedo

Historicamente, o acelerado processo de urbanização e o crescimento das cidades, principalmente nos últimos trinta anos, a falta de recursos e de políticas habitacionais permanentes e uma crise econômica duradoura têm levado à ocupação de áreas com características naturais desfavoráveis (relevos de alta declividade, fundos de vale sujeitos a erosão de margens), principalmente pelas populações mais empobrecidas, resultando em graves situações de risco.

têm provocado o maior número de vítimas fatais e as inundações acarretado os maiores prejuízos econômicos.

De acordo com o Banco de Dados elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, desde 1988 até maio de 2006, foram registradas 1.609 vítimas fatais por escorregamentos no Brasil, sendo que destas, 318 foram no Estado de São Paulo. A distribuição do número de vítimas por escorregamentos no Estado de São Paulo, no



Áreas com perigo de desabamento: hierarquização dos diferentes níveis de risco para prevenir acidentes

As alternativas para o controle dos riscos identificados são apresentadas para cada situação de risco

Embora não existam dados oficiais que possibilitem uma análise quantitativa mais acurada das consequências dos acidentes por escorregamentos e inundações, pode-se dizer que os escorregamentos

período compreendido entre 1988 e 2006 (Figura 2) apresenta alguns anos com maior número de registros, como, por exemplo, os anos de 1995, 1997 e 2001.

No gerenciamento desse

problema, o IPT utiliza e recomenda o método proposto pela Organização das Nações Unidas com 5 passos para o enfrentamento das situações de risco: identificação; análise dos riscos; ações de prevenção; ações de emergência e informações públicas e capacitação. Sendo assim, o sistema de gerenciamento para essas áreas implica, em primeiro lugar, no conhecimento do problema por meio do mapeamento dos riscos,

com a caracterização e hierarquização de seus diferentes níveis de risco, para o estabelecimento de medidas preventivas e corretivas. Um exemplo de mapeamento de áreas pode ser visto na Figura 3.

Com o conhecimento detalhado das situações de risco, são apresentadas as alternativas de intervenção para o controle dos riscos identificados, que podem ser destacadas como serviços de limpeza e recuperação; obras de

drenagem superficial, proteção vegetal (gramíneas) e desmonte de blocos; obras de drenagem de subsuperfície; estruturas de contenção localizadas ou lineares; obras de terraplenagem de médio a grande porte; estruturas de contenção de médio a grande porte; até remo-

de Pesquisas (Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e Instituto Geológico - IG), como apoio técnico. Devido ao histórico dos acidentes de escorregamentos, sobretudo na região da Serra do Mar, o Plano entrou em operação para abranger os municípios da

Após 12 anos de operação, o plano foi estendido para outras regiões do Estado, atendendo hoje 62 municípios

ção de moradias. Projetos específicos de obras de contenção são elaborados pelo IPT, principalmente no âmbito dos recursos da SCTDE/Pattem em parceria com as Prefeituras Municipais.

A necessidade de enfrentar situações de desastres dessa natureza, levou o Governo do Estado de São Paulo, a elaborar um Plano Preventivo de Defesa Civil - PPDC, que foi instituído pelo Decreto Estadual 42565, de 01/12/1997. É um trabalho que envolve, além das Defesas Civis Municipais (Comdec), outros atores como a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil-Cedec - na coordenação geral - , Regionais de Defesa Civil-Redec e Institutos

Baixada Santista (Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá) e do Litoral Norte (Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela).

Após 12 anos de operação, com os resultados alcançados, o plano foi es-

tendido para outras regiões do Estado. Hoje, o Plano atende 62 municípios, em seis regiões do Estado de São Paulo. No entanto, em situações emergenciais, outros municípios que não fazem parte do Plano também são atendidos prontamente pela equipe do IPT.

Esses trabalhos devem preferencialmente, ser feitos por equipes locais, dada a necessidade de gerenciamento constante, tendo em vista a dinâmica acelerada de uso do solo sem ações de planejamento.

Assim, uma outra atividade no âmbito do gerenciamento de riscos é o treinamento de equipes municipais. Esse treinamento tem como um dos objetivos, a formação e/ou atualização do conheci-

mento de profissionais ,para que esses possam também atuar como multiplicadores dos conhecimentos técnicos e dos métodos empregados.

Atualmente, todo o arcabouço teórico-metodológico e sua aplicação estão organizados na forma de um Curso de Treinamento de técnicos municipais para o mapeamento e gerenciamento de áreas urbanas com risco de escorregamentos e inundações, organizado pelo IPT desde 2004. ■■

Kátia Canil é geógrafa do Laboratório de Riscos Ambientais (Cetae/IPT) e Eduardo Soares de Macedo é geólogo do Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas (Cetae/IPT)



Para haver progresso e defesa nacional

Antonio Roque Citadini e Wallace de Oliveira Guirelli

Há décadas que se ouve falar que o Brasil é o "país do futuro". Exceto em alguns períodos em que o País se aproximou do desenvolvimento sempre sonhado, mas quase sempre adiado para o futuro, continuamos naquela expectativa do "eu confio no futuro do Brasil". Tem sido um erro, porque o futuro é que tem que confiar em nós! O futuro das gerações que hão de vir depende do que fizeram as gerações atuais, principalmente os sucessivos governos.

Especialmente em matéria de investimentos em educação, saúde, agricultura, infra-estrutura e segurança, esta compreendendo tanto a segurança interna quanto a externa. É pública e notória, nos últimos anos, a falta de investimentos governamentais - leia-se do Governo Federal - em setores vitais do País.

Não bastasse, por exemplo, a submissão às imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, para impedir que os países que recorrem ao Fundo melhorassem o saneamento básico para suas populações, consideravam-se os investimentos nesse setor como valores não computáveis para a base de cálculo e nem para a obtenção do superávit primário, destinado ao pagamento de juros da dívida externa!

A formação do superávit primário exigia, ainda, muito mais cortes de despesas em tantas outras rubricas, gerando crescimento pífio, expresso no decréscimo e preocupante PIB nacional, destes dois últimos governos (sempre alardeado para melhorar no ano futuro!).

Assim, o País via, sucessivamente, interrompido o seu futuro. E comprometido.

Recentemente, foi o País abalado pela tragédia que

desencadeou um processo de conscientização para o descalabro a que fora conduzido o Brasil.

A dramática situação revelada pela crise do controle do espaço aéreo nacional fez aparecer toda a errônea política governamental federal de contingenciamento de recursos orçamentários para - não bastassem as outras - tão relevante e estratégica área de desenvolvimento e segurança do País.

Generalizando, o exemplo leva a propor que se pense em encontrar uma solução definitiva para o problema grave da falta de infra-estrutura, equipamentos, atualização, modernização e tecnologia em todas as áreas das Forças Armadas.

Tornou-se evidente e inegável que o Brasil precisa de um programa de longo prazo, com recursos determinados e permanentes, que não sofram alterações súbitas por mudanças macroeconômicas - ou por plataformas governamentais de um mandato para outro, ou, ainda,

por razões ideológicas, que pudessem contingenciar, represar, ou até mesmo negar recursos para investimentos estruturais de que as Forças Armadas necessitam, num mundo em que o poder suasório e decisório de potências hegemônicas é fruto não só do poder econômico mas do poder militar que alcançaram, detêm, exibem e muitas vezes empregam!

DEFESA

Os programas estratégicos, para fins pacíficos e de defesa, da Marinha arrastam-se há quase duas décadas por falta de locação de verbas. Ao mesmo tempo, países que não têm as dimensões, a importância e potencialidades

A crise do controle do espaço aéreo nacional fez aparecer os erros da política governamental

brasileiras, mas têm agressividade, já dominam a tecnologia e todo ciclo nuclear até mesmo para artefatos explosivos. Logo estaremos completamente defasados.

Na Aeronáutica brasileira, o programa do Veículo Lançador de Satélites teve seus dois primeiros foguetes destruídos logo após o lançamento, e, em relação à terceira tentativa, tivemos a lamentável explosão, em 2003, do foguete, da torre de lançamento e a morte de 21 engenheiros e técnicos do mais alto nível. Não bastasse o mundo hegemônico não desejar o nosso progresso científico e tecnológico e que o Brasil venha a ter o seu próprio satélite de telecomunicações, além dos problemas de verbas para vários setores fundamentais brasileiros, também não são destinados recursos suficientes para superar esses atrasos.

Lembre-se que o Exército não pôde implementar totalmente até hoje o projeto "CALHA NORTE", de melhor ocupação para despesa da cobiçada Amazônia, nem desenvolver plenamente os "Programas Força Terrestre".

E que dizer da então excelente indústria bélica nacional, que além da inveja, pressões e boicote por parte de nações mais desenvolvidas, ainda

custou com a "estranguladora" falta de recursos orçamentários ou extraordinários, a ponto de a IMBEL estar sobrevivendo a duras penas?!

É incontestável a importância para a Nação, que exercem Exército, Marinha e Aeronáutica. O Brasil é um País de grande extensão, com áreas acessíveis apenas às Forças Armadas. Privá-las de recursos continuados para que possam desenvolver e manter ininterruptamente seus programas e impedi-las de se equipar com satélites, computadores, sistemas, navios e armas é desassistir o Brasil e ignorar que temos problemas estratégicos e geopolíticos que só essas Forças

podem prevenir e resolver.

Não podemos assistir de forma passiva, sempre, o envelhecimento de equipamentos e recursos técnicos das forças nacionais e, igualmente, não podemos eleger programas apenas quando surgem problemas, como o recente do controle aéreo.

É preciso pensar e planejar a curto, médio e longo prazo quanto ao atendimento das necessidades de equipamentos, manutenção, planos, treinamento, instalações, softwares, não se podendo atuar socorrendo uma ou outra área quando sucateada e quando catástrofes se abatem sobre o país.

Por isso, é necessário criar fontes de verbas permanentes, não onerando o orçamento da União, como *royalties* de nossos recursos naturais, petróleo, minérios, vinculados aos gastos desta sistemática de modernização.

É perfeitamente viável, vital e patriótica a participação das Forças Armadas no produto da arrecadação do "royalties" do petróleo e dos minérios, à semelhança da política do Chile, que destina à suas Forças Armadas, percentuais das vendas de cobre, tanto pela estatal Codelco, quanto pelas mineradoras privadas.

São atuais e proféticas, as palavras com que Sir Winston Churchill advertia os ingleses

em 1936. Continuam cada vez mais atuais e se aplicam perfeitamente à problemática da falta de investimentos orçamentários, que têm sido a tônica da política governamental brasileira nas recentes décadas:

"A era da procrastinação, das meias medidas, dos expedientes que acalmam e confundem, a era dos adiamentos está chegando ao fim. No seu lugar, estamos entrando na era das consequências" (citado por Al Gore no livro "Uma Verdade Inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global", recentemente traduzido no Brasil).



Wallace de Oliveira Guirelli, Diplomado pela Escola Superior de Guerra e Procurador do TCE-SP



Antonio Roque Citadini, Conselheiro e presidente eleito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



O mapa inteligente

A geoinformação moderniza as gestões municipais, facilitando o reconhecimento de áreas críticas

Por Iara Martins

A geotecnologia, também conhecida como geoinformação, está ajudando os municípios a conhecer com precisão suas demandas. Baseada na análise digital de informações geográficas, essa técnica permite aos prefeitos e seus secretários mapear a região e a decidir corretamente onde intervir.

Graça a um conjunto de tecnologias de coleta, o administrador consegue ter um “mapa inteligente” da região sob sua responsabilidade. O processamento e análise de informações espaciais ou geográficas, fundamental na gestão pública, é feito com o clique de um mouse, fornecendo um retrato fiel da situação territorial do município, além de tornar as prefeituras mais eficientes e modernas.

A ciência da geoinformação trabalha com um conjunto de tecnologias



A coleta de imagens é feita por meio de satélites, gerando fotos aéreas e topográficas

de coleta, processamento e análise de informações espaciais ou geográfica. Ela é de fundamental importância na gestão pública, pois representa um retrato fiel da situação territorial do município.

O engenheiro cartógrafo, diretor e editor do portal MundoGEO.com, Emerson Grannemann, exemplifica uma

das vantagens do GIS (Geographic Information System ou Sistema de Informações Geográficas): “Na hora de decidir sobre a localização de um nova escola pública municipal, o sistema permite buscar e cruzar, em segundos, dados como, a localização dos imóveis públicos, o raio e condições de acesso, as famílias

mais carentes, as demais escolas existentes e seus matriculados e determina os locais mais prováveis. Tudo isso sem precisar ir a campo”.

Como primeiro passo para sua utilização está a coleta de imagens, por meio de satélite, fotos aéreas e levantamentos topográficos e cadastrais. Em seguida, esses da-

dos são processados e se transformam em mapas digitais. A fase seguinte é a análise dessas informações, através de sistemas específicos chamados GIS – Sistemas de Informações Geográficas. Nessa última fase, os dados cartográficos são associados à informações técnicas e socioeconômicas.

prefeituras que já utilizam o sistema.

Também é imprescindível ouvir todas as secretarias para conhecer suas principais necessidades. “Infelizmente, é um erro muito comum o sistema GIS nascer e ficar mantido a sete chaves em apenas um setor”, comenta Granemann. Depois de

Na área de saúde, é possível analisar a distribuição dos postos de saúde e focos de doenças

Esse sistema deve fazer parte da gestão de todo município e para a sua implementação é preciso montar um equipe interna de qualidade para concebê-lo. Essa equipe deve ser formada por especialistas em cartografia e análise de sistemas e é fundamental que faça cursos, participe de eventos e visite outras

verificar as dificuldades e necessidades das secretarias, começa-se a montar a estrutura da base de dados, analisando o que é possível se aproveitar. A seguir, adquire-se os equipamentos necessários e os softwares. E, por último, deve-se montar os processos de atualização contínua das informações.

EM TODAS AS ÁREAS

A vantagem de expandir essa tecnologia para todas as secretarias é que elas podem e devem alimentar o sistema e se tornar seus usuários, pois mais de 90% da informações utilizadas pelas prefeituras podem ser vinculadas a uma coordenada. Na área de saúde, por exemplo, é possível analisar a distribuição dos postos de saúde, os focos de doenças, o nível de renda das famílias e os acessos da população. Já o setor de finanças pode produzir um mapa temático para avaliar e modificar a planta genérica de valores, cruzando infra-estrutura e dados de mercado com os imóveis.

Na área de meio ambiente é possível verificar a situação das nascentes e a produção agrícola. O setor de obras pode planejar as obras de manutenção de estradas e avaliar pontos críticos para construção de pontes. No caso de prefeituras maiores, sistemas de localização podem ser usados no gerenciamento da frota e no controle de congestionamentos.

Os investimentos em geoinformação devem ser incluídos nos programas de modernização administrativa e não ser tratados como investimentos

Divulgação



Granemann: localização de dados em segundos

isolados. “Muitas vezes, por puro desconhecimento, são feitos novos levantamentos de dados, que em geral é a etapa mais cara do processo, quando os dados existentes poderiam ser parcialmente aproveitados”, avisa Granemann. Costuma-se dizer que a proporção de investimentos é 100 para os dados, 10 para os sistemas, incluindo o treinamento e a equipe e 1 para os equipamentos, como computadores, *plotters*, *scanners*, entre outros.

Investir em tecnologia é uma boa opção, tanto para administradores como para os munícipes. Afinal, a aplicação de sistemas como o GIS torna as prefeituras mais eficientes e modernas, dando à população uma percepção de onde os recursos estão sendo bem aplicados. ❧

Divulgação



Imagem de satélite permite mapeamento preciso

Arquivo morto

Por Claudio Manesco

Recebi de uma leitora, fragmentos de memória que nos remetem a uma história, dentre as muitas que alimentam o universo folclórico da política. Ciosa, pediu-me discrição em relação à cidade e aos personagens envolvidos. Imagino, então, que possa ser uma cidade média, às margens da Rodovia Dom Pedro I. Posso até enxergar o Paço Municipal, pintado de um tom ferrugem forte, já desbotado pelo tempo, o que deixa à mostra todo tipo de imperfeições.

O presidente recém-eleito da Câmara, que convencionaremos chamá-lo de Aquilino, era uma figura popular e seus votos se multiplicaram nas urnas, na inversa proporção de sua cultura. Os tropeços na gramática não lhe impediam de falar diretamente aos corações de seus eleitores. Era e continua até hoje, uma pessoa querida.

Em seu primeiro ato após ser conduzido à pre-

sidência do Legislativo municipal, foi convidado pelos funcionários a fazer um tour pelo prédio. Depositavam esperanças na sua sensibilidade e logo trataram de lhe mostrar as melhorias que poderiam ser feitas na Câmara, de forma a tornar mais ágil e eficiente os trabalhos.

Um a um, os cômodos eram mostrados, funcionários apresentados e encaminhamentos sugeridos. Até que chegaram a um velho banheiro, aposentado de suas funções

originais e tornado arquivo morto. Dona Clélia, eficiente secretária da Câmara e porta-voz dos interesses gerais, pontuou com precisão o que precisaria ser feito:

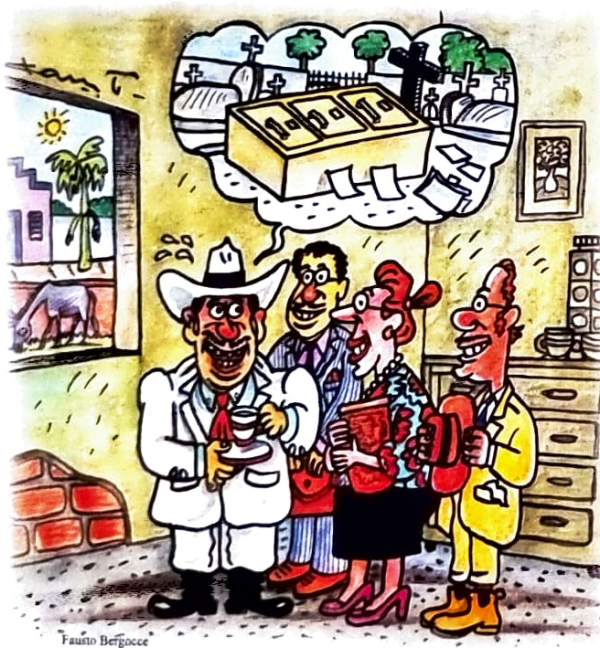
– Sr. Presidente, precisamos estudar a possibilidade de ampliação dessa dependência para que seja possível tirar e separar os documentos deste arquivo morto. Trata-se de uma obra que precisa ser acelerada e, para tanto, sugiro chamar o encarregado de obras para ordenar o rápido

do início dos serviços. O arquivo morto não pode continuar desta forma. É necessária uma transformação urgente para uma melhor acomodação e acompanhamento.

Fez-se um silêncio instantâneo. O cheiro de mofo e o calor acentuavam o constrangimento flagrado nas reações faciais de Aquilino. Rápido, readquiriu as feições e disse, um tanto quanto desconfiado: “Irei estudar as reivindicações e, se for possível, irei atendê-las”.

Continuou o périplo e ao chegar à cozinha da repartição, em meio à degustação de um cafezinho, comentou com os mais chegados:

– Tudo bem. Eu já sabia que ao presidente da Câmara sobriariam funções administrativas como pagar as contas e administrar o pessoal... Mas, cuidar também dos problemas do cemitério, mexer com defunto. Ah... isso já é demais. Se eu soubesse, eu não teria concorrido ao cargo.



Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilem casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

Atenção

**Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores
e Secretários Municipais.
Programem-se para participarem do**



Informações

APM - Associação Paulista de Municípios

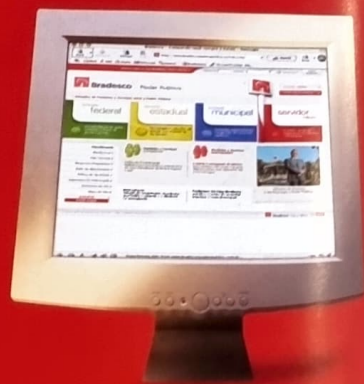
Site: www.apaulista.org.br / **E-mail:** apaulista@apaulista.org.br

Fone: (11) 2165-9999



Soluções Completas de Produtos e Serviços para o Poder Público.

A gestão financeira dos governos precisa ser feita com controle e planejamento. Para isso ficar mais fácil, procure o Bradesco. O Bradesco é o maior Banco privado do País, presente em quase todos os municípios (com Agência, Banco Postal ou Bradesco Expresso). É um Banco que tem, à sua disposição, tecnologia e experiência em produtos e serviços voltados para o Poder Público. São soluções completas de pagamentos, recebimentos e administrativas, para facilitar o seu dia-a-dia. Isso, sem falar nos nossos Gerentes Especializados, que entendem as necessidades de um Órgão Público. Para mais informações, entre no site www.bradescopoderpublico.com.br ou informe-se em uma Agência Bradesco.



Bradescompleto

